

DISCIPLINANDO PEDAGOGICAMENTE A NOBREZA: O LIVRO DE MONTARIA, DE D. JOÃO I

doi: 10.4025/imagenseduc.v2i1.15810

Adriana Maria de Souza Zierer*

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. medievalzierer@terra.com.br

Resumo: O *Livro de Montaria*, um manual de caça ao javali, foi composto pelo primeiro monarca da Dinastia de Avis, D. João I. A escrita e o livro sofrem um incremento a partir dessa dinastia que para se afirmar produziu várias obras pedagógicas, visando disciplinar o comportamento dos nobres. O rei pretende ensinar os “grandes” e considera o “andar ao monte” a mais importante das artes, por recrear a mente do monarca, ocupado com os trabalhos governativos, e também por servir à preparação física dos homens de armas. Mas segundo o soberano era necessário praticá-la corretamente, não se afastando dos ofícios religiosos, das tarefas políticas e do comportamento ideal exigido aos *bellatores*. Por isso, D. João indica a temperança nas ações e que os excessos fossem evitados na prática da caça, fazendo uma analogia entre essa atividade e a vida cotidiana. Num momento de centralização do poder o monarca se apresenta como espelho de virtude aos súditos e como preceptor da sua corte, que lhe deve ser submissa. Tanto D. João quanto seus filhos, D. Duarte e D. Pedro, produziram obras no intuito de ensinar o comedimento à nova nobreza em ascensão e o comportamento adequado na sociedade, visando, através do exemplo dos “defensores”, educar também o povo.

Palavras-chave: *Livro de Montaria*. Manual Pedagógico. Disciplinarização. Nobreza. Dinastia de Avis

ABSTRACT: PEDAGOGICAL DISCIPLINE THE NOBILITY: THE LIVRO DE MONTARIA, DE D. JOHN I. The *Livro de Montaria*, a manual of hunting wild boars, was composed by the first King of the House of Avis, John I. Writing and books are increased since this Dynasty who, to reaffirm itself produce many pedagogical works in order to discipline the behavior of the nobles. The king intends to teach the “big” and considers the “mount chase” the most important of the Arts, for recreating the mind of the monarch, who is busy with governmental work, and also to serve to physical preparation to the men of arms. But, according to the sovereign, it was necessary to practice it correctly, not moving away from religious offices, political tasks and of the ideal behavior required to the *bellatores*. For that reason John I, of Portugal indicates the temperance in actions and that the human excesses were avoided in the practice of hunting, making an analogy between this activity and everyday life. In a moment of centralization of his political power, the monarch presents himself as a mirror of virtues and as a tutor to the subjects of his court, who must be submissive to him. Both John I as his sons, Edward of Portugal and Peter of Coimbra, have produced works with the purpose of teaching restraint to the new rising nobility and the proper behavior in society, seeking by the example of the “defenders”, also educate the people.

Keywords: Huntig Wild Boars. Pedagogical Manual. Control. Nobility behavior. House of Avis.

O *Livro de Montaria* se dedica a explicar a caça ao javali e foi composto por D. João I no período final de seu governo, entre 1415 e 1433, pois no prólogo da obra está escrito que o autor era “Senhor de Ceuta”. A obra se insere na chamada Prosa Moralística e pode ser considerada um manual pedagógico voltado ao correto comportamento do rei e da nobreza, tendo como pano de fundo a arte da caça. Segundo o seu autor este jogo é superior a vários outros pelo fato de distrair e também preparar

para a guerra. Na medida em que as funções governativas eram exaustivas, o rei deveria recrear-se nessa arte, mas não cometendo excessos que o afastassem de seus deveres.

D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro, ascendeu ao poder através do Movimento de Avis de 1383-1385, com apoio de nobres secundogênitos, de comerciantes e da população pobre de Lisboa, sendo inicialmente nomeado como regedor e depois coroado como monarca, em 1385. A partir do governo desse rei ocorre a

elaboração de manuais governativos e de comportamento, visando consolidar o seu poder.

Também se destaca a preocupação com a memória, em registrar os acontecimentos relacionados à nova Dinastia, daí o fato de Fernão Lopes ter sido contratado em 1418 por D. Duarte, filho do monarca, para escrever as crônicas de todos os reis até então, o que denota o intuito em glorificar os feitos do iniciador da nova dinastia, que acabou conhecido como D. João, o da “Boa Memória”.

A *Crônica de D. João I* foi composta logo após a sua morte com o propósito de apresentar o bastardo D. João como o eleito de Deus, “Messias” de Lisboa, que teria vencido os castelhanos que desejavam ocupar o trono português, graças ao apoio da ‘boa nobreza’ – os nobres secundogênitos, e da ‘arraia miúda’, o povo de Lisboa. Já nessa obra o soberano é apresentado por Lopes como modelo de perfeição, devoto, bom marido, bom governante. Seu comandante militar – Nun’Alvares, o seu complemento, “estrela da manhã”, caridoso, bondoso, bom cristão, exímio guerreiro e fiel ao seu dirigente. D. João, com o seu apoio, teria vencido batalhas contra os castelhanos em território português, como as batalhas de Atoleiros e Aljubarrota.

Numa das cenas da crônica, D. Nuno se ajoelha a D. João antes da aclamação deste último como rei, reconhecendo a sua autoridade. Se o melhor dentre todos os nobres reconhecia a superioridade do Mestre de Avis, mesmo antes de este se tornar rei era porque todos realmente deveriam obedecê-lo, segundo a visão do cronista. Por isso, consideramos que mesmo a *Crônica de D. João I*, embora não seja considerada como um tratado de moral, também se constitui num manual educativo, na medida em que aponta modelos de nobre e de rei ideal (ZIERER, 2010, p. 55-66).

A Prosa Moralística foi bem desenvolvida pelos primeiros monarcas avisinos, visando glorificar a nova dinastia e o comportamento adequado dos futuros monarcas e da nobreza. Não só o próprio rei D. João produziu o *Livro de Montaria* e traduziu salmos da Virgem Maria, como também os seus filhos e sucessores, D. Duarte e o Infante do D. Pedro, escreveram manuais de comportamento. D. Duarte elaborou o *Livro de Ensino de Cavalgar a Boa Sela* e o *Leal Conselheiro*. Já D. Pedro compôs a *Virtuosa Benfeitoria*. Essas obras constituem a chamada Prosa de Avis e possuem como objetivo central

apontar novos modelos aos senhores num momento de centralização monárquica.

D. João I substituiu a antiga nobreza e também teve problemas com os secundogênitos que o ajudaram a se tornar rei, como o seu próprio comandante militar, D. Nuno, de quem retirou privilégios, pelo fato do poder daquele rivalizar com o seu. Daí a confecção desses manuais ensinando um comportamento baseado na “temperança” dos nobres e no respeito ao soberano, que deveria aplicar a justiça com rigor e ao mesmo tempo “mansamente” (“mansa e benignamente castigava”, segundo Lopes na *Crônica*) (CDJ, II, p. 3), contribuindo para “civilizar” a nobreza e adequá-la aos seus interesses.

Segundo Marcella Guimarães o monarca “herda” uma velha nobreza e os manuais visavam ensinar que ela convivesse com ramos menos importantes que ascenderam politicamente, bem como instruir aos novos nobres sobre os modelos corretos de conduta:

D. João I “herda” uma velha nobreza que ficou, apesar de migrações pendulares; era necessário, portanto, que ela soubesse conviver com outros ramos outrora menos importantes e que no tempo do novo rei ajudavam a ditar as regras do jogo. Era preciso, assim, cuidar do orgulho [...] (GUIMARÃES, 2005, p. 34).

Um elemento importante é o impulso à produção de textos e manuais a partir de Dinastia de Avis. No reinado de D. Duarte se tem contabilizado pela primeira vez o número de livros de uma biblioteca régia em Portugal: mais de oitenta exemplares.

Desde D. João intensifica-se o papel da corte portuguesa como incentivadora dessa produção e o livro é visto a partir de então como um processo indispensável na apreensão do mundo. Segundo Susani França, desde o reinado de D. João I elabora-se um discurso apologético, ressaltando virtudes e virtualidades da escrita, isto é ações no sentido de promover a produção livresca e de aumentar o acesso dos leigos à leitura (FRANÇA, 2006, p. 53). Ocorre um aumento de obras escritas em língua nacional, visando preparar os dirigentes e apresentar valores nobiliárquicos desejáveis.

Outro aspecto interessante é observar que o rei, como criador de um manual de comportamento, busca inspiração e sabedoria na Providência Divina. É valorizado o conhecimento obtido através da leitura de um

livro e o seu autor apela a Deus por ajuda em esclarecer melhor os seus leitores.

Entre os exemplares da Biblioteca de D. Duarte foram encontrados um importante espelho de príncipes, o *Regimento de Príncipes*, de Egídio Romano, normalmente lido na corte de D. João (DIAS, 1995, p. 11). Havia também escritos de Cícero, Sêneca, Plínio, obras da Matéria da Bretanha, como o *Livro de José de Arimatéia*, o *Livro de Tristam* e *A Demanda do Santo Graal* (então conhecida como *Livro de Galaaz*).

D. João em seu manual fala de uma atividade que é voltada aos nobres e reis, por isso a necessidade de oferecer as normas para que a exercessem adequadamente. Nesse sentido afirma que estava produzindo o *Livro de Montaria* pela importância dessa “arte” e pelo fato de não haver em Portugal livros sobre a caça. Por tal razão, ele sentiu a necessidade de compor a obra, para que a atividade pudesse ser realizada “corretamente” pelos nobres. O rei diz que pretende “ensinar”, o que mostra seu papel de guardião do conhecimento.

Afirma que consultou os monteiros, mas a produção do texto é realmente dele. Havia em Portugal o *Livro de Falcoaria* de Pero Menino, do século XIV. Leu também um manual castelhano o *Libro de La Montería*, de Afonso XI, o que não retira a originalidade do seu tratado, pois mesmo quando ambos os textos tratam dos mesmos assuntos, não se trata de uma compilação (SOUZA, 2001, p. 76-77). Porém D. João parece considerar que o manual castelhano era ainda insuficiente para mostrar toda a importância da arte da montaria.

O autor tem uma clara preocupação com a *memória*. Segundo ele, no prólogo da sua obra, o homem foi criado à semelhança de Deus e havia necessidade de conservar o conhecimento, pois quando os homens morriam os saberes se perdiam. Para que não fossem perdidos, começaram a escrever livros sobre diversos conhecimentos como a Física, Cirurgia, Alveitaria, Falcoaria e outros (LM, p. 7). A preocupação do monarca era que essa arte dos “bons” e “grandes” estivesse “desprezada”, isto é, que não tivessem sido mostradas as suas “perfeições” (LM, p. 8). Além disso, D. João tem o claro intuito de *ensinar* aos que desejassem ser monteiros e o que deveriam evitar para que fossem bons.

Para diferenciar a arte de “andar ao monte” de outras, ele cita alguns divertimentos da nobreza, como o jogo de péla (bola), mais voltado, na sua concepção para os jovens que

aos adultos, o jogo de xadrez, as ações de cantar e dançar, importantes para o bem conviver da corte. No entanto, de todos os jogos, a montaria é vista por ele como o melhor e mais completo de todos, devido ao seu caráter lúdico e por exercitar os homens para a guerra.

A caça, atividade importante para os “defensores” no período medieval era, assim como os torneios, um meio de recreação militar em tempos de paz. Havia dois tipos dessa atividade: a *montaria*, na qual se montava o cavalo e se perseguia um animal de grande porte, e a *cetraria*, utilizando aves de rapina domesticadas que perseguiram e apanhavam uma presa.

Em *A Demanda do Santo Graal*, obra que fazia parte da biblioteca de D. Duarte, é mencionada a caçada à Besta Ladradora, animal relacionado ao Diabo. A sua perseguição desviava a maior parte dos cavaleiros do seu verdadeiro propósito na narrativa: a busca do Santo Vaso, capaz de garantir prosperidade ao reino arturiano. O animal só é morto quando o muçulmano Palamades deixa a antiga religião e se converte ao cristianismo¹. Assim, pôde eliminar o animal representante do mal, o que mostra, nessa obra, a caça relacionada a um sentido espiritual.

A montaria era atividade apreciada pelos reis. D. Fernando (irmão e antecessor de D. João) era seu grande apreciador, segundo a crônica dedicada a ele, escrita por Fernão Lopes: “Era ainda el-rei **D. Fernando muito caçador e monteiro** de maneira que não perdia ocasião própria para isso. [...] **nunca el-rei ia à caça que não tivesse nela grande sabor e desenfadamento.**” (FERNÃO LOPES, 1997, p. 60-61). D. João afirma no seu manual que os reis que a ela se dedicaram sempre foram bons, o que significa que desenvolvia habilidades morais (DIAS, 1995, p. 34).

A função da caça em *O Livro de Montaria* seria, em primeiro lugar, distrair o “entender”, isto é, a capacidade de pensar, de compreender os significados que os sentidos são capazes apenas de nos apresentar, sendo o “entender”, a primeira virtude do homem nobre (MUNIZ, 1999, p. 457). Em segundo lugar estaria a “vontade”, isto é, a capacidade de julgar entre o bem e o mal e de escolher o bem, virtude também conhecida por ele como “mente”. Da junção entre as duas virtudes, “entender” e

¹ *A Demanda do Santo Graal*. Edição de Irene Freire Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 419 (conversão de Palamades ao cristianismo) e p. 431 (morte da besta por Palamades).

“mente”, se constituiria o “entendimento” e através do “recrear o entender”, através da caça, o rei e os nobres chegariam ao “bom entendimento” (MUNIZ, 1999, p. 457).

A necessidade de distrair o monarca das ações governativas também é lembrada por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, no qual afirmara que durante algum tempo sofrera de “humor menencórico”. Assim, para o bom cumprimento das ações governativas, era necessário dosar o cumprimento das atividades administrativas e das atividades de lazer (DIAS, 1997, p. 31).

Muito da “arte” de montaria constitui-se num conhecimento prático, por exemplo, a que horas passou o javali, como reconhecer as suas pegadas, o reconhecimento do monteiro de sinais através da frescura da terra, de ervas pisadas, entre outros elementos. Para ensinar essas habilidades, D. João, citando os *Atos dos Apóstolos*, pede auxílio da Providência Divina (MARTINS, 1979, p. 55-56).

Apesar da preocupação com o livro e a leitura como forma de conhecimento, o *Livro de Montaria* foi composto para ser lido em voz alta em reuniões de monteiros de diferentes categorias sociais, daí o fato de um dos recursos do texto seja a repetição, visando harmonizar as suas diferentes partes (SOUZA, 2001, p. 180).

O rei faz várias citações de autoridades em seu texto, como as obras dos Santos Padres e dos Doutores da Igreja. Possui bastante familiaridade com a *Bíblia*, da qual segundo Fernão Lopes, teria mandado traduzir vários livros, como os *Evangelhos*, *Atos dos Apóstolos* e as *Epístolas de S. Paulo*, além de um livro de Horas da Virgem que já citamos. Demonstra conhecimento de autores da Antiguidade Clássica e de vários assuntos, como a astronomia, tendo lido várias das obras depois encontradas na biblioteca de D. Duarte.

Na medida em que se pretende ensinar os nobres, tanto D. João quanto seus filhos, D. Duarte e o Infante D. Pedro, se tornam espelhos da sociedade e devem dar exemplo aos seus súditos através de um comportamento adequado. O monarca e os príncipes demonstram preocupação com os excessos e apreço pelo comedimento e pela temperança. Por isso, reis e nobres são estimulados a seguir as virtudes e evitar os vícios, relacionados aos sete pecados capitais.

Entre os vícios a serem evitados, um deles é o de se vangloriar das atividades, chegando a mentir sobre os feitos na caça (LM, p. 29). Outro o de se dedicar exageradamente a essa

arte, esquecendo-se dos seus compromissos, deixando dominar-se pelo excesso. A contenção das atitudes é palavra-chave nos escritos da nova dinastia.

D. João instrui não somente a leitura, mas a maneira de fazê-la, o que indica não somente se instruir com o seu livro, mas como lê-lo. O leitor deve seguir a ordem da escrita, começando pelo prólogo, o que mostra o cuidado com o ordenamento da leitura e indiretamente, com o ordenamento social.

A preocupação com a manutenção da estrutura social é mostrada ao longo da obra. O rei indica no prólogo o número de capítulos, isto é como o livro é estruturado, com setenta capítulos, divididos em três partes (LM, p. 8).

Sobre a relação entre o *Livro de Montaria* e os “grandes”, pode-se afirmar que a obra é um verdadeiro manual sobre como ser um bom nobre, o que estava associado a cultivar o corpo e o espírito. Para D. João, os *bellatores* e o rei exerciam a autoridade sobre a sociedade, sendo o rei “cabeça e coudees de todo o povo” (LM, p. 181) e os senhores “cabeça e autoridade de todos aqueles que monteiros são, que com eles andam” (LM, p. 178) (SOUZA, 2001, p. 192).

O rei é escolhido por Deus, mas também simbolicamente pelo povo. Assim, assume o papel de educador dos súditos, especialmente de uma nova nobreza, a nobreza secundogênita que o apoiou no poder. A caça assume um “papel civilizador”, matar a ignorância representada pelas feras e exercer uma busca espiritual no ato da caçada. Por isso era necessária a adoção de um rígido código de conduta (SOUZA, 2001, p. 193).

Fica claro o desejo de controle sobre esse grupo através de escritos como os da Prosa Moralística, que determinam normas corretas de comportamento. Na medida em que o comedimento passa a ser exigido como socialmente aceitável, a agressividade e a beligerância são canalizadas para os jogos esportivos e mesmo nestes são ensinadas as formas de controle das emoções (ELIAS, 1994, p. 200).

Outro elemento importante é que o monarca mostra a importância da obediência dos súditos à sua autoridade, que não deveria ser contestada. Cita de Júlio César para dar suporte ao seu pensamento:

Dito é no **livro de Júlio César, uma grande autoridade**, que diz que **todo príncipe ou senhor que alguma terra**

deve reger, que nunca bem a pode reger se não for temido e amado.

Porém que quando algumas destas coisas tivesse de desfalecer, que antes desfalecesse o amor que o temor. (LM, p. 179, grifo nosso).

Para D. João, o rei deve garantir a manutenção da ordem social pelo respeito à sua figura, colocada no poder por Deus. Em outros escritos da Dinastia de Avis também é enfatizado que a autoridade do monarca deveria ser aceita por “grandes” e “pequenos”. Os filhos do rei, conhecidos como a Inclita Geração (em especial D. Pedro, D. Duarte e D. Henrique), eram, segundo Fernão Lopes, melhores que outros na Espanha ou em outras terras mais distantes. Estes respeitavam primeiro lugar a vontade do pai e nunca a contrariavam, exemplos para os soberanos do futuro (FRANÇA, 2006, p. 179).

A influência de D. João e a admiração ao seu comportamento também aparece nos escritos dos filhos. Em outro manual pedagógico, o *Livro de Bem Enseñança a Cavalgar Toda Sela*, D. Duarte lembra o genitor como modelo de virtudes físicas e morais (DIAS, 1997, p. 88).

Ao contrário de D. João, que em seu escrito indicava que o temor do súdito era mais importante que o amor a ele, D. Duarte, defendia que os subordinados deveriam servir com amor e com medo de perder a afeição do rei. Recusava a obediência pela simples possibilidade de receber recompensas (GUIMARÃES, 2005, p. 29).

D. João também se preocupa com a questão do prazer pelo serviço em contraposição ao desejo pelo ganho, comparando os homens que vão ao monte e os homens que iam ao mar nas Grandes Navegações (como a Tomada de Ceuta, realizada no seu reinado). Para o monarca, enquanto os monteiros se moviam pelo “prazer e serviço” (LM, p. 26), os navegantes se arriscavam pela “ganância” e pela vontade de conseguir mais do que mereciam, o que poderia levá-los a perder a salvação da sua alma (GUIMARÃES, 2005, p. 34-35). A caça, por este motivo, pode ser entendida como a canalização das energias dos nobres para uma atividade relacionada à prática guerreira em tempos de paz.

Na sociedade ideal os súditos do *Livro de Montaria* deveriam agir com prudência, controlando as suas emoções, temendo e respeitando o seu soberano e amando-o. Entre senhores e servidores, o mais importante é a

obediência dos últimos, que devem ser recompensados pelos senhores, como vimos antes. Esse mesmo modelo é apontado por D. Pedro no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Mas apesar do dever de sujeição ao soberano, este não poderia abusar do seu poder, devendo guiar-se pelo bom exercício da justiça e pelo amor a Deus.

Um dos elementos da hierarquia na sociedade apontados no *Livro de Montaria* é a vestimenta. Os homens que iam a pé, como auxiliares da caça, nunca deveriam tentar ir além do seu “estado”, usando uma roupa que não fosse própria da sua condição. Por isso era apropriado que usassem trajes limpos, de lã. Na tarefa de cercar o porco, poderiam se ferir e até morrer, daí a importância de conhecerem bem o ofício. Mas, se fossem fiéis, os servidores poderiam ser notados por seus amos, abrindo a possibilidade de tornarem-se escudeiros (SOUZA, 2006, p. 178). Quanto à vestimenta dos nobres mostrava uma distinção, pois usavam escarlate, tecido vermelho e caro (LM, p. 182). Mesmo os de alta condição deveriam vestir roupas apropriadas para a prática da montaria, evitando trajes largos ou compridos que pudessem prejudicar os movimentos.

Outro traço que denota uma preocupação com a ordenação do mundo, e de que superiores e inferiores não deveriam misturar-se, é o fato de que a cadela deveria ser vigiada para que cruzasse com um macho escolhido pelo senhor, garantindo uma boa ninhada de cães, os quais seriam por sua vez, bons caçadores.

Para o rei, os alãos eram os cães mais “nobres”, responsáveis por capturar o porco: “os alãos são a mais linda casta de caães que Deus fez” (LM, p. 43). Esses, assim como os “grandes” não deveriam sofrer castigos físicos durante o processo educativo. Para D. João:

[...] os alãos som da **mais nobre casta dos caães**, por tanto os nom deuem castigar por mal, **ca sua nobreza he tamanha entre todollos caães, em como os fidalgos som ante todollos homẽens**, e por tanto nom querem seer castigados per força (LM, p. 43-44, grifo nosso).

De acordo com o pensamento do monarca, assim como a sociedade é hierarquizada, o mesmo ocorre entre os cães que auxiliam a caça, sendo o mais próximo dos “defensores” o alão. Já os podengos, tinham como função localizar a

presa, denotando a sua categoria inferior, e esses sim poderiam ser açoitados (LM, p. 43).

Os servidores dos reis estão associados aos podengos e sabujos, cães considerados menos importantes na caçada. O sabujo era outro cão utilizado, podendo ser distinguido em dois tipos: os de trela, que descobriam o rastro da caça, e os de correr, que a perseguiram (BRAGA, 2003, p. 169).

D. João especifica a alimentação dos cães. Esta deveria ser realizada somente uma vez ao dia, tendo por base o pão. Até a alimentação indicava uma distinção, pois embora o alimento fosse o mesmo, para os alãos ele era servido com azeite, para que se mantivessem limpos, mas para podengos e sabujos, não. (BRAGA, 2003, p. 170).

A composição de um manual de caça por um rei vem enfatizar esse divertimento como próprio da nobreza e vedado a outros grupos sociais, a quem também se proibia a caça com cães, como mais uma tentativa infrutífera de impedir que outros extratos a exercessem. No entanto, os clérigos possuíam cães de caça e chegavam a entrar com eles na igreja (BRAGA, 2003, p. 172).

O modelo de montaria exercido pelo soberano sofre influência de obras clássicas, como as de Xenofonte, autor do primeiro tratado dessa atividade, o *Cinegético*, modelo aos tratados medievais (SOUZA, 2006, p. 195). A caça teria sido inventada pelos deuses Apolo e Ártemis que a ensinaram ao centauro Quirão, o qual por sua vez, a ensinou aos humanos. O governante através dessa atividade desenvolveria habilidades como a coragem, a destreza física e meios para evitar a velhice.

Em outro tratado, a *Ciropédia*, dedicada à educação de Ciro, Xenofonte afirma que este desde a juventude exerceu a caça, sendo por este motivo um exemplo de governante: vigoroso, hábil, corajoso e ético (SOUZA, 2006, p. 196). D. João, assim como Xenofonte, pretende através da montaria que os “grandes” desenvolvam qualidades morais e físicas e ajam como um espelho da sociedade.

O *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro apresenta no seu quarto capítulo os grupos sociais, divididos em cinco estados, associados à teoria da tripartição dos poderes, de Adalberon de Laon e Gerardo de Cambrai. Segundo ele, a sociedade era dividida em *oradores* (os que rezam para a sociedade), *defensores* (cavaleiros), *lavradores* e *pescadores* (representando

os pés da sociedade, aqueles que a sustentam²), os *oficiais* (conselheiros, juizes, escrivães) e os *que usam das artes e ofícios* (médicos, músicos, ourives, etc.) (SARAIVA, 1988, p. 234).

Os membros das atividades comerciais não são mencionados, em consonância com o pensamento dos bispos que estruturaram ideologicamente o pensamento da sociedade medieval. É para esta sociedade, cujo poder do soberano está em processo de centralização, que se pensa na necessidade da obediência ao monarca e no cultivo de qualidades pela nobreza, para que servissem de exemplo ao povo.

Para D. João I a caça é um “jogo” que possui um propósito, o seu excesso, ou a maneira incorreta de praticá-la levariam ao pecado. Assim, se o monarca dedicasse tempo excessivo a esse esporte, deixando suas atividades administrativas de lado e ficando por muito tempo com pessoas de categoria inferior à sua, como os ajudantes na caça, poderia perder a dignidade de rei. Neste sentido, ele ensina que não é o rei que deve sair cedo para caçar o porco selvagem, mas sim, os seus auxiliares, os homens a pé e escudeiros.

O soberano em primeiro lugar deveria cumprir as suas obrigações, dentre as quais assistir a missa todas as manhãs (LM, p. 29). Entre os excessos a serem evitados estavam o de comer exageradamente e de consumir bebidas alcólicas pela manhã (LM, p. 11-12). Evitando o pecado da gula, o monarca tinha a garantia de ter “bom fôlego”, essencial aos homens da guerra. Ele devia buscar o bem-estar moral e espiritual para garantir também o bem-estar de seus subordinados (FRANÇA, 2006, p. 81). Entre as atividades que deveria fazer estavam a alimentação correta, as práticas religiosas, a fala ponderada e verdadeira e a seleção das companhias (LM, p. 27-30).

No *Leal Conselheiro*, de D. Duarte também existe a preocupação com os pecados, sendo os principais citados a inveja, a sanha, ociosidade, avareza, luxúria e gula, que levariam ao ódio, tristeza, nojo, pesar, desprazer e saudade (GUIMARÃES, 1995, p. 36). O autor defende valores essenciais para os governantes, como a fé, esperança, confiança, constância,

² Segundo Jean de Salisbury, no *Policraticus*, tratado político do século XII, a sociedade é vista como um corpo humano. Na cabeça está o rei, as mãos são identificadas com nobres e os camponeses representam os pés. Tal representação está em concordância com o pensamento do Infante D. Pedro em sua explanação dos cinco “estados”. Sobre o *Policraticus* e a estrutura ideológica da sociedade medieval, conferir DUBY, 1982.

determinação e prudência (FRANÇA, 2006, p. 85).

Por isso, é possível perceber vários pontos de contato nas chamadas *Obras dos Príncipes de Avis*, as de D. João, D. Duarte e D. Pedro, todas elas pregando o comedimento, o controle das paixões e o modelo ideal de monarquia e de nobreza.

Conclusão

Ao contrário da visão apresentada por Lopes na *Crônica de D. João I*, onde é louvada a “arraia miúda”, no *Livro de Montaria* o rei estabelece os papéis de cada grupo social. Na crônica de Fernão Lopes, o povo, apoiante do Mestre de Avis e depois rei D. João, é idealizado e o soberano traria novos tempos de felicidade, conhecidos como a “Sétima Idade”, onde nobilitaria alguns elementos de camada inferior.

Já no seu tratado o monarca mostra a necessidade em afirmar nitidamente as divisões sociais, cabendo aos nobres e ao rei o papel de comandar e por este motivo, vedando o acesso do “andar ao monte” aos elementos que não fossem desse grupo, como os vaqueiros e até mesmo os clérigos.

Assim, o seu manual contribui para representar como esta sociedade deveria estar dividida: acima de todos, o rei, aconselhado pelos nobres, abaixo desses, os inferiores, que não deveriam quebrar a hierarquia, dedicando-se a atividades que não fossem da sua categoria social. Porém para exercer a caça, o próprio rei deveria dar o exemplo, afastando-se dos pecados.

O *Livro de Montaria* ao exaltar a arte da caça procura tanto garantir os benefícios físicos do jogo de “andar ao monte” como estabelecer as normas corretas de comportamento de uma sociedade ideal sob a ótica da Dinastia de Avis.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

D. JOÃO I. **Livro de Montaria**. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Porto: Lello & Irmão, 1981.

FERNÃO LOPES. **Crônica de D. João I**. Lisboa: Livraria Civilização, 1990. 2v.

FERNÃO LOPES. **Crônica d'El Rei D. Fernando**. In: SARAIVA, A. J. **As Crônicas de Fernão Lopes**. Seleccionadas e transpostas em português moderno. Lisboa: Gradiva, 1997.

Estudos

BRAGA, P. D. Os Cães na Idade Média Portuguesa. In: LEÃO, A. V. e BITTENCOURT, V. O. IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 168-176.

DIAS, I. **A Arte de ser Bom Cavaleiro**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DUBY, G. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

FRANÇA, S. L. **Os Reinos dos Cronistas Medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, M. L. A Ensino de Evitar o Pecado na Prosa de D. João I e D. Duarte.

Revista de História da UPIS, Brasília, União Pioneira de Integração Social (UPIS), v. 1, 2005, p. 25-41.

MARTINS, M. **A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

MUNIZ, M. R. Recrear o Entender, Guardar a Vontade e Manter o Siso: Aspectos Morais no *Livro da Montaria* de D. João I. In: MALEVAL, M. do A. (Org.). III ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS. **Atas...** Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001, p. 455-462.

SARAIVA, António José. **Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SOUZA, R. B. de. Montaria: a Saborosa Arte de Formar o Cavaleiro. In: MONGELLI, L. M. (Coord.). **A Literatura Doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 155-200.

ZIERER, Adriana M.S. Modelos Educativos de Nobre e Rei Ideal na *Crônica de D. João I*. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 1, 2010, p. 55-66.

Recebido em: 30 de outubro de 2011.

Aceito em: 07 de dezembro de 2011.